

SÉRGIO RICARDO DE SOUZA

**ABUSO DA LIBERDADE DE IMPRENSA
E PSEUDOCENSURA JUDICIAL
NO SISTEMA LUSO-BRASILEIRO**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2013

Copyright © 2013 by Sérgio Ricardo de Souza

Categoria: Direitos Humanos

Produção Editorial

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Yuri Freire dos Santos

Capa: Cristiana Fernandes e Otávio Guerra

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pela originalidade desta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio
ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime
(Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 10.695, de 1ª/07/2003),
sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações
diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

985182

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S729a Souza, Sérgio Ricardo de.

Abuso da liberdade de imprensa e pseudocensura judicial: no sistema luso-brasileiro / Sérgio Ricardo de Souza.
— 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.
260p. ; 14x21cm.

Bibliografia: p. 233-250.

ISBN 978-85-375-2285-1

1. Liberdade de imprensa. 2. Liberdade de informação.
3. Direitos fundamentais. 4. Censura.

I. Título.

CDD 342.0853

Sumário

Prefácio	1
Introdução	5
1. Liberdade de informação jornalística	11
1.1. <i>Dimensões da liberdade de informação jornalística</i>	12
2. A honra como direito da personalidade	15
2.1. <i>O nome como elemento da personalidade</i>	21
2.2. <i>O direito à imagem como elemento da personalidade</i> ...	24
2.2.1. <i>A influência da imagem no tempo midiático</i>	32
2.3. <i>A proteção da honra das pessoas comuns, das personalidades e dos agentes públicos</i>	35
3. Colisão entre a liberdade de informação jornalística e o direito fundamental de preservação da honra	39
3.1. <i>Proteção à honra dos agentes públicos ou políticos em face da liberdade de informação jornalística</i>	53
3.2. <i>Princípios, normas e regras jurídicas</i>	59
3.3. <i>Consequências dos conflitos entre regras e das colisões entre princípios</i>	68
4. A ponderação como método de solução da colisão: liberdade de informação jornalística Vs honra	75
5. Liberdade de Informação Jornalística no Sistema Português e influência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem ...	89
5.1. <i>O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH)</i> ...	90
5.1.1. <i>Liberdade de informação jornalista na jurisprudência do TEDH</i>	93
5.2. <i>Estudo de Casos Julgados pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos</i>	95
5.2.1. <i>Queixa nº 7107/05 – Caso Público – Comunicação Social, S.A. e outros C. Portugal/Acórdão de 7 de Dezembro de 2010</i>	95

5.2.2. <i>Queixa nº 7107/05 – Caso Campos Dâmaso C. Portugal/ Sentença 24 de Abril de 2008</i>	97
5.2.3. <i>Queixa nº 37698/97 Caso Lopes Gomes Da Silva C. Portugal/Sentença de 28 de Setembro de 2000</i>	99
5.2.4. <i>Conclusão dos Estudos de Casos</i>	102
5.3. <i>Liberdade de Informação Jornalística no Sistema Brasileiro e Influência da Corte Interamericana de Direitos Humanos</i>	103
5.3.1. <i>Estudo de Casos Julgados pela CIDH</i>	106
5.3.1.1. <i>Caso Herrera Ulloa Vs. Costa Rica (Sentença de 2 de julho de 2004)</i>	106
5.3.1.2. <i>Caso Fontevecchia y D'Amico Vs. Argentina (Sentença de 29 de novembro de 2011)</i>	108
5.3.2. <i>Conclusão dos Estudos de Casos</i>	111
6. <i>Jurisdição e controle da liberdade de informação jornalística</i>	113
6.1. <i>Tutela Jurisdicional Cautelar e Censura Prévia</i>	126
6.2. <i>Legitimidade do Controle Jurisdicional</i>	140
7. <i>Colisão entre liberdade de informação jornalística e direito à honra: casos analisados pela jurisprudência brasileira e portuguesa</i>	145
7.1. <i>Estudo de Casos Apreciados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro</i>	146
7.1.1. <i>Caso Mirosmar José de Camargo Vs. Infoglobo Comunicação e Participações S/A (Jornal Extra)</i>	146
7.1.2. <i>Caso Helio Kristian Cunha de Almeida Vs. Infoglobo Comunicações e Participações S/A e Jornal Extra</i>	148
7.2. <i>Estudo de Casos Apreciados pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul</i>	150
7.2.1. <i>Caso Silvania Bueno Dos Santos Serra Vs. Televisão Guaíba Ltda</i>	150
7.2.2. <i>Caso Jose Vitor Pita dos Santos Vs. Empresa Jornalística Pampa Ltda</i>	151

7.3. Estudo de Casos Apreciados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	154
7.3.1. Caso Adriana Correa Fernandes Vs. S/A O Estado de São Paulo	154
7.3.2. Caso Ricardo Feitosa Rique Vs. S/A Correio Braziliense	156
7.4. Estudo de Casos Apreciados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará	159
7.4.1. Caso Allan Davis Araújo Neves Vs. Delta Publicidade S/A	159
7.4.2. Caso Edmilson Brito Rodrigues Vs. Jornal Popular	161
7.5. Estudo de Casos Apreciados pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	164
7.5.1. Caso Adalberto Lélis Filho Vs. José Sidney de Souza/ Rádio e Televisão Irecê Ltda	164
7.5.2. Caso Josesh Wallace Faria Bandeira Vs. Empresa Baiana de Jornalismo S/A	165
7.6. Estudo de Casos Apreciados pelo Tribunal de Relação do Porto	168
7.6.1. Caso Assistente “Dr. B” Vs. Arguidos C..., D..., E... e F	168
7.6.2. Caso “B” Vs. Arguida “C..., As”	172
7.7. Estudo de Casos Apreciados pelo Tribunal de Relação de Coimbra	175
7.7.1. Caso Assistente “J...” Vs. Arguido “L...”	175
7.7.2. Caso Assistente “A” Vs. Arguidos “J” e “C”	178
7.8. Estudo de Casos Apreciados pelo Tribunal de Relação de Évora	181
7.8.1. Caso Ministério Público de Évora Vs. “A” e “M”	181
7.8.2. Caso Autor “D” Vs. Revista “A”, “B”, “E”, “F” e Outros	183
7.9. Estudo de Casos Apreciados pelo Tribunal de Relação de Lisboa	186
7.9.1. Caso “AA” Vs. “BB”, “CC” e “DD”	186
7.9.2. Caso “A” Vs. (1) B, (2) C, (3) D, (4) E, (5) F e (6) G..., S.A	189

7.10. Estudo de Casos do Tribunal da Relação de Guimarães ...	191
7.10.1. <i>Caso Ministério Público de Esposente Vs. Arguido</i> “Artur Q...”	191
8. Proibição de publicação (pseudocensura prévia): análise sob a égide da jurisprudência luso-brasileira	195
8.1. Proibição de publicação: análise sob a égide da jurisprudên- cia da Corte Interamericana de Direitos Humanos	216
8.2. Proibição de publicação: análise sob a égide da jurisprudên- cia do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos	221
Conclusões	229
Referências	233